

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/3545	9632/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando:

- Que o ocupante António Fernando Alves da Costa foi notificado pelo Município de Braga para desocupar o Hangar N.º 4 (lote 3) – cfr. Informação 11994 de 16/04/2019 que se anexa;
- Que no dia 4 de novembro de 2024, o Município de Braga recebeu de António Fernando Alves da Costa, NIF 183407482, residente na Quinta de Fontelas, Santa Maria, Freguesia de Lago, Amares, o Hangar n.º 4 (Lote 3) do Aeródromo Municipal de Braga, imóvel constituído por um pavilhão com cerca de 500 m2, com estrutura em ferro e paredes e telhado em chapa zincada azul e cinza, sito na Rua do Carregal, Palmeira, Braga, livre de pessoas e bens – cfr. Auto de Entrega em anexo;
- Que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios e das freguesias, em articulação, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 7.º e do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);
- Que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
- Que o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da criação de um espaço para desenvolvimento de atividades aeronáuticas, recreativas, culturais e desportivas, contribuindo assim para a dinamização e desenvolvimento da atividade da aviação no concelho de Braga;
- Que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do



bem imóvel objeto do presente contrato, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se que, tendo sido rececionado o Auto de Entrega do Hangar nº 4 do Aeródromo Municipal de Braga pelo Diretor do Aeródromo Cícero Peixoto , a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre a Câmara Municipal de Braga e o Céu Listrado – Clube Aeronáutico relativo ao Hangar nº 4 (lote 3) sito no Aeródromo de Braga, nos termos da minuta em anexo que faz parte integrante da presente proposta.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



AUTO DE ENTREGA
HANGAR n.º4
AERÓDROMO MUNICIPAL DE BRAGA

Aos quatro dias do mês de novembro de 2024, CÍCERO DOMINGOS RIBEIRO PEIXOTO, NIF
com residência profissional na Praça Conde de Agrolong, 4704-514 Braga, em
representação da Câmara Municipal de Braga, recebeu de **ANTÓNIO FERNANDO ALVES DA
COSTA**, contribuinte residente na

que procedeu à efectiva e real entrega do Hangar n.º4 do Aeródromo
Municipal de Braga, imóvel constituído por um pavilhão com cerca de 500 m2, com estrutura em
ferro e paredes e telhado em chapa zincada azul e cinza, sito na Rua do Carregal, Palmeira,
Braga, livre de pessoas e bens, no estado de conservação que se encontra no momento da
entrega.

Da entrega, lavra-se o presente auto, feito em duplicado e assinado pelas duas entidades.

Braga, 4 de Novembro de 2024



Nº Informação: 11994

Data: 16/04/2019

Assunto: Desocupação do lote nº 3 do Aeródromo Municipal - António Fernando Alves da Costa.

Notificado o ocupante, António Fernando Alves da Costa (bem como o seu mandatário, Dr. Marcelino Pires) para proceder à desocupação do lote nº 3 do Aeródromo Municipal no prazo máximo de 15 dias sem que o tenha feito, conforme informação do Diretor do Aeródromo Municipal, em anexo, e tendo em conta que a presente situação já se arrasta há vários anos sem resolução, sugere-se que o presente processo seja remetido a um dos advogados **avençados deste Município** com vista a interpor a competente ação judicial.

(Segue físico – processo devidamente numerado)

A Jurista,

Cometo. À comissão de h. DMGAP, Dr. Rafael
Guimarães, para os efeitos que entender
por convenientes, nomeadamente a decisão
do Excmo. h. Presidente do Município de Braga.

C/C: Dr. Rafael Kilgus; h. Vereador Dr. Sávio
Araújo

2019/04/17

Cometo.

Remete-se o processo
ao Dr. Almeida Albuquerque.
19.04.29

CONTRATO DE COMODATO

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios e das freguesias, em articulação, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 7.º e do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando o interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da criação de um espaço para desenvolvimento de atividades aeronáuticas, recreativas, culturais e desportivas, contribuindo assim para a dinamização e desenvolvimento da atividade da aviação no concelho de Braga;

Considerando que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do bem imóvel objeto do presente contrato, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;

Entre:

Primeiro Outorgante – Município de Braga, pessoa coletiva número 506 901 173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato.

e

Segunda Outorgante: Céu Listrado – Clube Aeronáutico, pessoa coletiva número 508 272 858, com sede na Rua do Carregal – Campo de Aviação, 4700-688, Palmeira, Braga, representado pelo seu Presidente José Rodrigues de Oliveira, com poderes para o ato.

Disseram os outorgantes que é de livre e espontânea vontade que reciprocamente celebram o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:

1.ª

(Objeto)

O Primeiro Outorgante é dono e legítimo possuidor do Hangar n.º 4 do Aeródromo Municipal de Braga, imóvel constituído por um pavilhão com cerca de 500m², sito na Rua do Carregal, Palmeira, Braga, inscrito na matriz sob o artigo 1571, da Freguesia de Palmeira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1696.

2.ª

(Finalidade)

1. Por este contrato, em regime de comodato, o Primeiro Outorgante entrega ao Segundo Outorgante, e este aceita, o pavilhão do Hangar nº 4, descrito na cláusula anterior, a título gratuito, com o objetivo de instalar a sua sede e desenvolver a prática de atividades aeronáuticas, recreativas, culturais e desportivas, contribuindo para a dinamização e desenvolvimento da atividade da aviação no concelho de Braga.

2. O Segundo Outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente comodato para o fim a que o mesmo se destina.

3.ª

(Regime de Utilização)

1. O Segundo Outorgante só poderá utilizar o imóvel objeto do presente comodato para outro fim, se obtiver previamente a devida autorização, por escrito, do Primeiro Outorgante.
2. O Segundo Outorgante não poderá ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes do presente contrato, sem autorização expressa do Primeiro Outorgante para o efeito.
3. Finda a vigência do presente contrato, o Segundo Outorgante deverá entregar ao Primeiro Outorgante o imóvel, no estado de conservação e utilização que o recebeu.
4. A manutenção do imóvel fechado e/ou degradado e/ou sem utilização por um período superior a um ano, sem qualquer motivo justificativo e atendível, bem como a sua afetação a outro fim, é fundamento para a cessação imediata do contrato por parte do Primeiro Outorgante.

4.ª

(Período de Vigência)

- 1.O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e manter-se-á em vigor pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos de 25 (vinte e cinco) anos, desde que o Segundo Outorgante mantenha o fim objeto do presente contrato.
2. O Segundo Outorgante obriga-se, no prazo máximo de 5 anos, a contar da data de assinatura do presente contrato a executar obras de: i) reparação da cobertura, com a substituição dos caleiros; ii) reparação dos portões; iii) reparação do pavimento; iv) reparação da instalação elétrica; v) instalação de um WC.
3. O não cumprimento do estipulado no ponto anterior, implica a renúncia do presente contrato.

5.ª

(Encargos)

Fica expressamente convencionado entre os Outorgantes, que é da exclusiva responsabilidade do Segundo Outorgante o pagamento dos encargos e despesas referentes à administração, conservação e fruição do imóvel, como sejam as despesas com a água e eletricidade, bem como o pagamento do seguro do referido imóvel.

6º

(Obras)

1. O Primeiro Outorgante autoriza, desde já, o Segundo Outorgante a fazer, no local, as obras de beneficiação e transformação necessárias ou convenientes para o fim a que está destinado, designadamente para obter um melhor aproveitamento funcional para os sócios e público em geral.

2. As obras e benfeitorias que forem executadas pelo Segundo Outorgante, passarão a fazer parte integrante do prédio e, findo o contrato, pertencerão ao Primeiro Outorgante, sem direito a qualquer indemnização ao Segundo Outorgante, ficando salvaguardadas eventuais compensações pelas melhorias realizadas no imóvel.

7.ª

(Obrigações Legais)

O Segundo Outorgante fica vinculado a todas as obrigações legais que, na qualidade de comodatário, sobre ele impendem, nomeadamente as previstas nos artigos 1135.º e 1136.º, do Código Civil.

8.ª

(Omissões)

Em tudo o que este contrato for omissivo ou não regular de modo diverso, aplica-se a lei geral e em especial as disposições do Código Civil relativas ao comodato.

9.ª

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada Outorgante na posse de um exemplar.

Braga, XX de Junho de 2024

Pelo Município de Braga,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Céu Listrado- Clube Aeronáutico

(José Rodrigues de Oliveira)